

## Dossiê

# O "FIM" DO MUNDO ANTIGO EM DEBATE: DA "CRISE" DO SÉCULO III À ANTIGUIDADE TARDIA E ALÉM

*Gilvan Ventura da Silva & Caroline da Silva Soares<sup>69</sup>*

### RESUMO

Com esse artigo, pretendemos refletir sobre os limites e possibilidades dos conceitos mais comuns utilizados para definir o sentido das transformações operadas no Império Romano a partir da morte de Cômodo (192), transformações estas que culminaram na redefinição do sistema imperial romano e, do ponto de vista da longa duração, na sua gradual desagregação à medida que avança o século V. Nessa empreitada, é impossível não dedicar uma atenção especial ao século III, um notável *turning point* na história do Império. Nosso propósito é, por um lado, confrontar os lugares de memória que reduzem a época tardia do Império a uma sucessão de eventos catastróficos e, por outro, recuperar, ainda que de modo sucinto, o percurso historiográfico que propiciou a formulação das principais matrizes de interpretação do período.

**Palavras-chave:** Memória; História; Império Romano

---

<sup>69</sup> Gilvan Ventura da Silva é professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutor em História pela Universidade de São Paulo e bolsista produtividade do CNPq. No momento, executa o projeto de pesquisa *Cidade, cotidiano e fronteiras religiosas no Império Romano: João Crisóstomo e a cristianização de Antioquia (séc. IV d.C.)*. E-mail: gil-ventura@uol.com.br. Caroline da Silva Soares é mestra em História e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. No momento executa, com financiamento da Capes, o projeto de pesquisa *Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: táticas cotidianas e a busca pela pureza entre os cristãos na obra de Cipriano de Cartago (século III d.C.)*. E-mail: carollines@gmail.com.

## **ABSTRACT**

In this article, we intend to discuss some current concepts which are employed to define the meaning of the changes occurred in the Roman Empire from the death of Commodus (192 AD) onwards, changes that culminate in a new configuration of the Roman imperial system and, from a long-term standpoint, in its gradual disintegration as the fifth century went by. In this connection, it is impossible not to give special attention to the third century, a remarkable turning point in the Roman history. Our purpose is, on the one hand, to analyze some interpretations which consider the Later Empire a gloomy time span and, on the other hand to retrieve, although in brief terms, the historical itinerary that led to the creation of the main models of interpretation regarding the Later Roman Empire.

**Keywords:** History; Memory; Roman Empire

## **CONCEITOS EM CONFRONTO**

A História de Roma é amiúde repartida em três grandes fases: Realeza (ou Monarquia), República e Império, cada uma delas contendo pelo menos duas subfases, de modo a facilitar, por meio da cronologia, a apreensão das distintas conjunturas, movimentos e oscilações observáveis ao longo de pelo menos mil e duzentos anos, um intervalo temporal sem dúvida bastante extenso e, como não poderia deixar de ser, marcado por alterações algumas vezes abruptas, outras vezes lentas. Em geral, a historiografia costuma tomar a data de 27 a.C., ocasião em que Otávio foi declarado *Augustus* pelo Senado, na sequência da ratificação dos poderes de exceção que havia recebido para empreender a guerra contra Marco Antônio e Cleópatra, como um divisor de águas entre a República, um sistema sociopolítico que havia perecido no rasto das guerras civis inauguradas com o malogro das reformas sociais propostas pelos Graco, e o Império, um novo momento da História de Roma forjado sob a égide de Augusto. Em quatro décadas à frente do Império (27 a.C.-14 d.C.), Augusto teria lançado as bases de um sistema de governo que, embora sofrendo profundas adaptações, se prolongaria até 476, ano da deposição do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augústulo,

pelos hérulos. Por cerca de quinhentos anos, o Império Romano teria experimentado pelo menos três subfases, conforme uma cronologia, digamos, "tradicional" que, embora seja motivo de acerbadas disputas entre os especialistas, ainda não foi completamente reformulada. A primeira delas, compreendendo os anos de 27 a.C. até 193, é habitualmente designada como "Alto Império", "Período da Paz Romana" ou Principado, elegendo-se a dinastia dos Antoninos (96-192) como o zênite, o ponto máximo, em termos de desenvolvimento político, artístico e cultural. Essa subfase, muitas vezes reputada – não sem exagero, é bom que se diga – como "esplêndida", teria sido sucedida pelos períodos da dinastia do Severos (193-235) e da Anarquia Militar (235-284), que costumam ser amalgamados sob o rótulo de "Crise do Século III", querendo-se com isso exprimir uma situação de agudo abalo das estruturas imperiais, prenúncio de nada mais nada menos do que o colapso da Civilização Clássica, que se efetiva em seguida, entre a investidura de Diocleciano (284) e a deposição de Rômulo Augústulo (476). Essa última subfase é por via de regra intitulada "Baixo Império", *Dominato* ou, como tende a se tornar usual entre nós, "Antiguidade Tardia", cada um desses denominativos exprimindo uma perspectiva particular de interpretação dos acontecimentos característicos dos últimos séculos do Império Romano.

Logo de início, seria oportuno esclarecer que, como assinala Palanque (1971: 05), a divisão entre Alto e Baixo Impérios privilegia os aspectos meramente cronológicos, uma vez que, em História, um período qualificado como "Alto" (a exemplo de Alta Idade Média) é aquele mais remoto, mais distante no tempo, ao passo que o período qualificado como "Baixo" é mais próximo a nós, que nos reportamos ao passado. Desse ponto de vista, "Alto" e "Baixo" Impérios não comportariam *per se* um juízo de valor sobre as *démarches* da História de Roma, mas corresponderiam tão somente a uma fase imperial mais antiga e outra mais recente. Ocorre, no entanto, que por força de um tema tão poderoso como o da "Decadência do Império Romano" ou, em outras palavras, do "Fim do Mundo Antigo", tema este que desde a Antiguidade tem fascinado gerações de

historiadores, literatos e o público em geral, ávidos em identificar o instante decisivo de ocaso da Civilização Clássica que precipitou todo o Ocidente nas "brumas" da Idade Média, Alto e Baixo Impérios passaram a ser vistos um em oposição ao outro, dentro de uma lógica de apogeu e declínio das sociedades que vigorou por séculos nas narrativas histórico-literárias e que, a despeito da sua obsolescência, ainda encontra abrigo nos manuais didáticos escolares, nos *best-sellers* de ocasião e nas películas hollywoodianas rotuladas, não sem certa ambição, como "históricas" ou "épicas", para desespero de todo professor de História Antiga obrigado a instruir uma clientela recém saída do Ensino Médio que ingressa na universidade imbuída da convicção de que os últimos séculos do Império foram, no mínimo, apocalípticos, quando então é possível detectar os ecos de um autor como Gibbon, que na sua obra maior, *Declínio e queda do Império Romano*, publicada em seis volumes a partir de 1776, cuidava de pintar com tons lúgubres o cenário de devastação provocado pelas invasões bárbaras e pelo triunfo da superstição (leia-se, do cristianismo) nos séculos IV e V.

Uma alternativa, em termos conceituais, aos incômodos de uma leitura depreciativa da trajetória do Império seria o emprego dos vocábulos Principado e *Dominato* para nomear as duas faces de um mesmo regime político, no caso a monarquia romana. Desse modo, Principado seria o sistema político-ideológico de teor monárquico que vigorou nos dois primeiros séculos da Era Imperial, resultado direto da obra reformadora de Augusto. Como principais características do sistema, poderíamos mencionar: concentração de poderes político-jurídicos, militares e religiosos nas mãos de um único líder, o *princeps* ou *imperator*; permanência do Senado como um órgão influente no contexto da administração central e provincial; baixo nível de burocratização; autonomia das cúrias (conselhos) municipais na administração urbana; manutenção do ideal de cidadania; e predomínio do que André (1982) qualifica como "teologia civil", ou seja, a crença segundo a qual o imperador seria um "cidadão coroado", o mais apto a governar dentre os pares. Em contrapartida, o *Dominato* constituiria um sistema marcado

por uma intervenção mais intensa e direta da casa imperial (a *domus* ou o *comitatus*) sobre as instituições públicas, num vigoroso processo de centralização política; pela expansão sem precedentes da burocracia; por uma especialização das atividades administrativas e militares; por um decréscimo visível da competência institucional do Senado; pelo esvaziamento da noção de cidadania; pela perda de autonomia das cidades, colocadas sob tutela do poder central; e pela emergência de uma representação da realeza que fazia do imperador (o *dominus* ou *basileus*) um ser divino, *deus et dominus natus*, contrastando assim com a imagem imperial dos primeiros séculos, características estas que certa vez tivemos a oportunidade de discutir com mais vagar.<sup>70</sup> Embora sejam empregados com certa regularidade pelos historiadores, que evitam hoje falar em Alto e Baixo Impérios devido às implicações valorativas já mencionadas, os termos Principado e *Dominato* se revelam, no fundo, um tanto ou quanto restritivos, na medida em que enfatizam os aspectos políticos do sistema imperial, com destaque para a posição ocupada pelo imperador, em detrimento, por exemplo, dos aspectos sociais ou culturais. Sabemos o quanto é difícil formular uma terminologia que dê conta, de modo sintético e funcional, da pluralidade de fatores intervenientes que integram os processos históricos, quaisquer que sejam eles, o que talvez explique a presença, na literatura, de Baixo Império e *Dominato*, embora com uma frequência cada vez menor, passando o conceito de Antiguidade Tardia a deter a preferência entre os historiadores, mas não sem reservas, como veremos adiante.

À luz dessas considerações preliminares, nosso propósito é refletir sobre os limites e possibilidades dos conceitos mais comuns utilizados para classificar (e também qualificar) o sentido das transformações operadas no Império Romano a partir da morte de Cômodo, transformações estas que de 284 em diante, culminaram na redefinição do sistema imperial romano e, do ponto de vista da longa duração, na sua gradual

---

<sup>70</sup> Para maiores informações sobre a configuração do sistema imperial romano entre o Principado e o *Dominato*, consultar Silva (1999) e Silva & Mendes (2004).

desagregação à medida que avança o século V. Nessa empreitada, é impossível não dedicar uma atenção particular ao século III, um notável *turning point* nas estruturas imperiais. Nossa intenção primária é, por um lado, confrontar o conteúdo claramente niilista dos lugares de memória que reduzem a época tardia do Império a uma sucessão de eventos catastróficos e, por outro, recuperar, ainda que de modo sucinto, o percurso historiográfico que propiciou a formulação das principais matrizes de interpretação do período, começando com o testemunho dos próprios contemporâneos. Importa acrescentar que, ao tratarmos da História da Civilização Ocidental, tomada aqui num sentido bastante lato, talvez nenhuma ruptura tenha se revelado tão significativa e suscitado tanta controvérsia como aquela sofrida pelo Império Romano entre os séculos III e V, razão pela qual temas como o da "decadência", "declínio" ou mesmo "ruína" de Roma deram ensejo a múltiplas leituras, estimulando o debate em torno do colapso das sociedades complexas que, por décadas a fio, foi explicado mediante os conceitos de "decadência" e "crise", não obstante as limitações constatadas no seu uso.

## **UM MUNDO ENTRE O OURO E O FERRO**

A exploração dos relatos dos cronistas e escritores que viveram entre o final do século II e o início do século III nos permite detectar certa unidade entre eles, pois os autores são unânimes em afirmar que o seu mundo, quando comparado aos tempos idos, se caracterizaria por um inventário de imperfeições que assinalavam uma deterioração evidente das condições de vida. Para os antigos, sua época havia sucedido uma "Idade de Ouro" marcada por um notável desenvolvimento político e intelectual e por um extenso período de paz, de maneira que o governo dos Antoninos era considerado o "apogeu" da sociedade imperial, atribuindo-se aos governos posteriores a responsabilidade por precipitar o Império na ruína. Esse juízo de valor negativo acerca da atuação dos imperadores que sucederam os Antoninos atingiu de modo muito particular os Severos,

os precursores – e até certo ponto os artífices – da "Crise do Século III", o começo do fim. Herodiano, um funcionário romano que viveu entre 178 e 252 e que escreveu *História do Império Romano*, em oito livros, inicia sua obra narrando os acontecimentos do governo de Marco Aurélio, que teria sido, em sua avaliação, o último entre os bons imperadores. Para outro autor da época, Dión Cássio,<sup>71</sup> o governo de Marco Aurélio teria representado uma "Idade de Ouro" substituída por uma "Idade de Ferro" (o governo dos Severos). Tanto Dión Cássio quanto Herodiano expressam a opinião aristocrática e senatorial sobre o assunto, atribuindo às revoltas sociais e ao empobrecimento urbano as vicissitudes do Estado romano e a sua tendência a se constituir como uma "tirania", interpretação aceita e transmitida pelos autores dos séculos seguintes.

Se Herodiano e Dión Cássio nos permitem recuperar o ponto de vista "pagão" sobre a situação do Império na passagem do século II para o III, dispomos também dos relatos não menos importantes dos autores cristãos, que nos oferecem outros elementos para reflexão. O diferencial desses testemunhos é que eles vieram à luz num contexto ideológico próprio, o que lhes confere um tom escatológico bastante peculiar. Porém, excetuando o substrato de escatologia presente nas fontes cristãs, as variáveis que revelam a "ruína" e o "envelhecimento" de Roma são *mutatis mutandis* as mesmas citadas pelos autores pagãos. Além disso, para ambos os grupos o pressentimento de que o "fim" do Império era iminente se acentuou em meados do século III, quando constatamos um recrudescimento de diversos problemas que já vinham se esboçando há algumas décadas, tais como invasões de povos bárbaros, guerras, usurpações, catástrofes naturais, fome e epidemias. Dentre os cristãos que escreveram no torvelinho das perseguições decretadas pelo poder imperial, destaca-se Cipriano que, após a fragorosa derrota de Décio diante

---

<sup>71</sup> Dión Cássio foi um senador e escritor romano que viveu, provavelmente, entre os anos de 165 e 229. Compôs, em língua grega, uma obra em 80 volumes intitulada *História de Roma*, na qual descreve a história de Roma desde a fundação da cidade até a morte de Severo Alexandre. O texto original dos livros 36 a 54 foi preservado na íntegra, enquanto dos livros 55 a 60 e 79 e 80 foram preservados em parte. Do restante da obra restaram apenas fragmentos.

dos godos, em 251, concluiu que o fim do mundo estava próximo.<sup>72</sup> Cipriano compôs, no ano seguinte, um opúsculo intitulado *Ad Demetrianum* no qual, em tom de censura, descreve os flagelos que fustigavam o Império à época, tais como os problemas econômicos (esgotamento das minas de ouro e prata, decréscimo da produção agrícola), as contínuas investidas dos bárbaros e as calamidades naturais, além da proliferação das heresias, que dividiam a Igreja.<sup>73</sup> Cipriano é um observador atento da sua sociedade e, em um dos seus últimos textos, o tratado *De Bono Patientiae*, composto em 256, recomenda aos cristãos resignação e paciência em face do fim dos tempos. Como assinala Ubiña (1982: 26), muitas das dificuldades enfrentadas pelo Império que detectamos nas obras dos contemporâneos não eram novas, mas pela primeira vez eram tidas como catastróficas, a exemplo da corrupção dos costumes condenada por Cipriano (*Ad Dem.*, 9.17), um *topos* bem conhecido da retórica clássica. Todavia, na pauta dos autores são incluídas também variáveis até então não mencionadas, como os distúrbios políticos e militares descritos por Díon Cássio (*História de Roma*, 80.7.3). Todas essas mudanças fizeram com que o século III fosse encarado, pelos contemporâneos e pelos autores que os sucederam – a exemplo de Eutrópio e Zózimo – como um período de irremediável ruína.

---

<sup>72</sup> Cipriano foi bispo de Cartago entre os anos de 249 e 258. Oriundo de uma família pagã, converteu-se ao cristianismo em torno de 245-246. Suas *Cartas* e *Tratados* são fontes valiosas para a história do cristianismo e do cotidiano no norte da África em meados do século III.

<sup>73</sup> Este tratado constitui uma defesa do cristianismo sob a forma de uma invectiva contra os pagãos e de uma apologia ao cristianismo. Foi dedicado a Demetriano, provavelmente um magistrado. Nele, Cipriano se esforça para refutar as acusações, já correntes entre os pagãos, mas retomadas por Demetriano, de que os cristãos seriam responsáveis pelas calamidades e desastres que acometiam o Império. No opúsculo, Cipriano (*Ad Dem.*, 3) nos permite entrever alguns elementos que compunham a sua visão da crise: “No inverno não chove tanto para a germinação das sementes; no verão, tampouco, há o calor necessário para madurar os frutos, nem a primavera se sente contente com seu clima, nem são fecundas as árvores no outono. Já não se removem das pedreiras esgotadas tantos mármore, nem dão tanta prata e ouro as minas exaustas e, a cada dia, mais depauperadas. Nos campos, diminuem os lavradores, nos mares, os marinheiros, nos acampamentos, os soldados: não há inocentes nos tribunais, nem justiça nas causas, nem união entre os amigos, nem habilidade nas artes, nem ordem nos costumes”.

## O SÉCULO III, UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO

Na Europa Moderna, sobretudo a partir do Renascimento, observamos o despertar de um amplo interesse pelas causas da “decadência” e “queda” do Império Romano. Antes de mais nada, é necessário salientar que o conceito de “decadência” é um dos mais difíceis de serem aplicados ao domínio da história. Parece que não existiu nem em grego nem em latim, para nos limitarmos aos idiomas ocidentais, um vocábulo equivalente ao que mais tarde iria significar “decadência”, muito embora tenda-se a atribuir a sua invenção aos gregos e romanos. Segundo Le Goff (2012: 360), "os termos latinos que exprimem a idéia de decadência são muito concretos: *labes* e *ruina*, 'queda' e 'ruína'. O termo 'decadência' surge na Idade Média sob a forma latina *decadentia*, mas em condições ainda pouco esclarecidas". Seja como for, o fato é que "decadência" logo foi alçada à condição de conceito histórico, sendo incorporada ao léxico de diversos idiomas e empregada à exaustão, especialmente para explicar a transição da Antiguidade à Idade Média, vista sempre como um decréscimo ostensivo do nível de desenvolvimento civilizacional. No século XIX, quando da consolidação da História como "ciência" – no sentido de conhecimento positivo das experiências pretéritas – o tema da "decadência" do Império Romano volta à ordem do dia, produzindo-se certa variação no enfoque em função das novas possibilidades de "leitura" do passado que então se instituem. Nesse momento, "decadência", embora de uso corrente, passa a dividir espaço com o conceito de “crise”, mais adaptado à explicação da dinâmica dos processos históricos, muito embora, como esclarece Le Goff (2012: 399), a noção de crise, supostamente mais neutra, comportava ela também um juízo de valor negativo, pois era amiúde empregada para descrever situações de perda de complexidade social ou de desequilíbrio sistêmico, ou seja, situações nas quais os teóricos sociais, principalmente aqueles de orientação funcionalista, detectavam um "funcionamento" precário, um desarranjo estrutural encarado sempre como algo indesejável ou inoportuno. Desse ponto de vista, "crise" aparecia inserida numa constelação semântica da qual faziam parte vocábulos como

estagnação, depressão, desmoronamento, regressão, derrapagem e bloqueio (LE GOFF, 2012: 400), o que não é de todo correto, na medida em que uma crise não anuncia necessariamente a dissolução de um dado sistema, podendo antes indicar a sua expansão e fortalecimento, pois assim como há crises potencialmente destrutivas, há também as crises de crescimento. Por esse motivo, o historiador deve estar atento não apenas à crise em si, por mais dramática que ela seja, mas também ao seu *aftermath*, ao impacto da crise sobre a trajetória do sistema.

Naturalmente não temos condições, no âmbito deste artigo, de realizar um inventário exaustivo de todos os autores que desde o Renascimento se ocuparam da "crise" e "decadência" do Império. A bem da verdade, poucos especialistas em História de Roma deixaram de se posicionar sobre o assunto, valendo-se, como não poderia deixar de ser, da *ouillage* mental de seu próprio tempo. Disso resulta que o interesse dos modernos pelo "fim" do Mundo Antigo se encontra, na maior parte das vezes, condicionado por fatores de ordem ideológica e/ou política. Uma das dificuldades que logo se impõem quando tentamos organizar os argumentos dos autores é a extensa variedade de critérios adotados, o que resulta numa plethora de interpretações, ainda que estas guardem entre si semelhanças recorrentes. Na aplicação dos conceitos de "crise" e "decadência" ao Império Romano, uma historiografia que poderíamos qualificar, não sem alguma imprecisão, como "tradicional", tendeu a admitir que o colapso do Império foi deflagrado após a sucessão dos Antoninos, acentuando-se no período da Anarquia Militar e alcançando o seu desfecho com Diocleciano e Constantino, no século IV, portanto. Estabelecidas as linhas gerais do processo histórico, o maior desafio subjacente ao trabalho dos historiadores seria isolar a causa ou causas de uma transformação dessa magnitude, qual seja, o esfacelamento de um império monumental que havia permanecido coeso por, pelo menos, uns quinhentos anos. A esse respeito, uma corrente importante de interpretação é constituída pelos autores que, deslocando o foco das questões políticas e militares, cuidaram, na primeira metade do século XX, em lançar luz

sobre os aspectos sociais e econômicos do problema, a exemplo de Mikhail Rostovtzeff e Sergei Kovaliov.

Em sua hoje clássica obra, *Social and Economic History of the Roman Empire*, publicada em 1926, Rostovtzeff, um refugiado da Revolução Russa que encontrou asilo nos Estados Unidos, sustenta a tese segundo a qual o século III seria marcado por uma “revolução” que destruiu os fundamentos da vida econômica, social e intelectual do Mundo Antigo, e que não deixou nenhuma contribuição positiva. Sua opinião é a de que, sobre as ruínas de uma próspera civilização cujo eixo era a autonomia política das cidades, a “revolução” edificou um Estado ancorado na ignorância, no constrangimento, na violência, na servidão, na corrupção e na desonestidade. A interpretação formulada por Rostovtzeff encontra-se claramente impregnada de suas impressões pessoais acerca da Revolução Russa. Desinstalado de sua pátria pelos bolcheviques, o autor empreende uma leitura do Império Romano tardio nos termos da eliminação das elites por um movimento revolucionário liderado pelas massas camponesas e pelos escravos. Na contracorrente da interpretação de Rostovtzeff, que traz implícita uma crítica feroz aos ideais revolucionários, vemos emergir uma escola importante de interpretação sobre o “fim” do Mundo Antigo constituída pelos autores filiados ao materialismo histórico, dentre os quais merece destaque Sergei Kovaliov, que em sua obra *História de Roma*, de 1959, organizada em três volumes, empreende uma análise da “crise” do século III recebida, à época do lançamento, como uma contribuição inovadora em função do aporte teórico, pois o autor buscava aplicar o modelo marxista de revolução aos séculos finais do Império. Tendo em vista que Kovaliov elabora uma interpretação marxista da “crise”, ele sempre opõe uma categoria (ou “classe”) social à outra, qualificando os conflitos e contradições como expressões de uma luta de classes, o que o leva a conceber o “fim” do Mundo Antigo como um amplo processo revolucionário de resistência dos subalternos aos opressores (leia-se a elite imperial) no qual os escravos e camponeses empobrecidos assumiram um notável protagonismo. A despeito das orientações políticas dissonantes, Kovaliov e

Rostovtzeff se aproximam ao propor que o "fim" do Império Romano teve início no século III, momento histórico marcado pela dissolução das relações econômicas próprias da sociedade escravista, com a consequente expansão do colonato e a feudalização das propriedades rurais.

Não obstante a importância do paradigma economicista defendido por Rostovtzeff e Kovaliov, bastante influente até pelo menos a década de 1970, outros autores não tardaram a experimentar novas interpretações sobre a "crise" do século III e o "fim" do Mundo Antigo. No que diz respeito à tentativa de uma leitura cultural da crise, um dos pioneiros foi o historiador alemão Joseph Vogt, que, em sua obra *Der niedergang Roms: metamorphose der antiken kultur*, publicada em 1964 e por nós consultada na versão espanhola de 1968, *La decadencia de Roma: metamorfosis de la cultura antigua (200-500)*, propõe-se a examinar a trajetória das principais correntes intelectuais e religiosas da bacia do Mediterrâneo entre os séculos III e V. Vogt conduz sua análise enfocando o conflito cultural e religioso que ocorre na passagem do Principado ao *Dominato*. Para o autor, é no século III que tem início um amplo rearranjo sociopolítico e cultural que culminará com o esfacelamento do Império Romano. Retomando argumentos já enunciados por outros autores, Vogt afirma que, no século III, o Império foi assolado por severos ataques ao *limes*, o que acarretou a conversão do regime numa monarquia militar e absolutista na qual todos os cidadãos passaram à condição de súditos. Diante da necessidade premente de defender as fronteiras, os imperadores teriam sido compelidos a abandonar Roma e a favorecer cada vez mais o exército, orientação política que será mantida nos séculos posteriores. Em relação à vida religiosa, Vogt sugere a existência de um profundo sincretismo entre os múltiplos sistemas filosóficos e credos disseminados pelo território imperial. Desse sincretismo e do conflito entre os adeptos de religiões distintas, o cristianismo sagrou-se triunfante e a Igreja alcançou definitivamente o poder político. Muito embora reserve, em sua narrativa, um papel relevante para os fatores de ordem religiosa e cultural, Vogt não nos oferece, no fim das contas, uma visão inovadora,

pois ainda considera o século III um momento de crise generalizada: crise política, crise monetária, crise dos transportes, crise econômica, crise espiritual e outras. Dentre os desafios enfrentados pelos imperadores, o autor menciona o aumento dos gastos públicos; as constantes campanhas contra os bárbaros; os conflitos civis, muitas vezes simultâneos; o aumento dos impostos e do fiscalismo; o empobrecimento da população; o amuralhamento das cidades; a deterioração das vias de transporte; os surtos de epidemia, sobretudo sob os governos de Marco Aurélio e de Décio; o decréscimo demográfico, tanto na zona rural quanto na zona urbana; e o esgotamento das minas de ouro e prata.

No ano seguinte ao do lançamento da obra de Vogt, veio a público outro estudo sobre a "crise" do século III e seus desdobramentos que gozou, nos meios acadêmicos brasileiros, de ampla recepção: *La crise de l'Émpire Romain de Marc Auréle à Anastase*, por nós consultada na versão espanhola de 1967 (*La crisis del Imperio Romano de Marco Aurelio a Anastacio*), de Roger Remondón, no qual o autor constrói uma visão de conjunto acerca dos fatores que teriam acarretado a desagregação do Império Romano. Para Remondón, os governos de Marco Aurélio e de seu filho, Cômodo, anunciam uma ruptura da *pax romana* até então vigente, com o conseqüente abandono do equilíbrio entre diversas variáveis, a saber: a capacidade de resistência do *limes* e o poderio bélico dos bárbaros; as despesas com as campanhas militares e o montante de recursos econômicos disponíveis; os gastos com a manutenção do Estado e a arrecadação de impostos; a autoridade do Senado e o poder de intervenção da *domus*; a tradição republicana e as tendências monárquicas; a cultura clássica e as correntes "irracionalistas". Na avaliação de Remondón, as medidas políticas adotadas pelos imperadores da dinastia dos Severos se revelaram ineficazes diante da conjuntura de crise do século III. O ano de 235, no qual Severo Alexandre perece num complô urdido pelos militares do exército renano, que elevam à púrpura Maximino, assinala, segundo o autor, o início propriamente dito da crise, que se desdobra em duas frentes: numa crise externa, caracterizada pela pressão contínua dos bárbaros no *limes*, e numa crise interna de amplo espectro, pois afeta todos

os setores da vida em sociedade (política, economia, cultura, religião, moral). De acordo com Remondón, para cada um desses setores há uma série infinita de causas e efeitos que retroalimentam a crise. No entanto, mesmo diante de tantos problemas, o autor afirma que a ruína total do Império não se efetivou, uma vez que houve mecanismos de resistência à crise: a contribuição fiscal foi mantida pelos cidadãos e a produção agrícola não sofreu um decréscimo absoluto. E mesmo tendo ocorrido uma evidente concentração de riqueza em detrimento dos mais miseráveis, isso não impediu o reforço da solidariedade campesina. Ademais, o esforço de guerra obteve certa estabilização do *barbaricum*, uma vez que diversas tribos bárbaras foram repelidas para além do *limes* ou incorporadas ao Império, criando assim condições favoráveis para a reforma do sistema imperial levada a cabo por Diocleciano e Constantino.<sup>74</sup> Remondón, entretanto, não ignora a contribuição dos antecessores para a reorganização do Estado, em particular as medidas administrativas e militares tomadas por Galieno (253-268) e os melhoramentos econômicos de Aureliano (270-275) e Probo (276-282).

Após as obras de Vogt e Rémondón, outro livro sobre o Império Romano bastante influente entre nós é *Römische Sozialgeschichte (A História Social de Roma)*, de Géza Alföldy, lançado em 1975, mas que recebeu várias edições sucessivas em língua portuguesa. Nele, verifica-se ainda a permanência de uma visão já consolidada, na medida em que o autor não problematiza a "crise" do século III, tomando-a como uma realidade incontestável. Mediante informações colhidas em autores como Dión Cássio e

---

<sup>74</sup> Nas palavras de Silva (2006: 197), "Diocleciano ascende ao poder num momento em que a Anarquia Militar se encontra em fase de superação por conta, em primeiro lugar, da atuação de Aureliano, que repele a invasão na Península Itálica pelos alamanos, derrota Zenóbia em Palmira e restabelece o controle romano sobre as Gálias ao vencer a resistência de Tétrico, o último dos imperadores gauleses. Probo, sucessor de Aureliano, além de afastar os invasores germânicos das margens do Reno, conclui um tratado estabelecendo a presença militar romana além deste rio e obtendo grande número de reféns e recrutas para o exército. Na Sequência, Caro realizou uma importante reforma militar destinada a conter as investidas da Pérsia Sassânida no *front* oriental. Desse modo, Diocleciano, ao eliminar Carino em 285, tornando-se o único titular da autoridade pública, herda um império praticamente unificado, o que o deixa em uma posição bastante confortável para empreender as reformas necessárias à manutenção da estabilidade política imperial".

Cipriano, Alföldy afirma que o Império, em meados do século III, parecia estar condenado à ruína em virtude dos ataques maciços dos germanos e das agudas transformações sociopolíticas. O autor, como outros, supõe então a existência de uma crise generalizada expressa pelos seguintes fatores: instabilidade do sistema político, súbita alteração da estrutura social e uma sensação de desalento nutrida pelos contemporâneos, que julgavam viver um tempo de degradação social. Alföldy, como o próprio título da obra sugere, realiza uma investigação acerca das mudanças sociais pelas quais passou Roma ao longo da sua história. Apesar do enfoque derivado da História Social, o que constituía uma inovação no âmbito dos Estudos Clássicos, o autor não realiza uma análise mais detalhada acerca dos processos históricos em curso no século III, prendendo-se muito mais aos relatos de época que, como mencionamos, tendem a interpretar as mudanças como fruto da decadência dos costumes e do crescimento da imoralidade, mas sem operar uma crítica desses relatos. Além disso, Alföldy, mesmo priorizando as alterações na estrutura social romana, mantém-se preso ainda aos acontecimentos de natureza política, enfatizando a sucessão de imperadores e usurpadores no decorrer da Anarquia Militar. Seja como for, a interpretação propriamente "social" do autor para a "crise" do século III fundamenta-se na oposição entre *honestiores* e *humiliores*, entre categorias superiores (membros das ordens senatorial e equestre e da ordem dos decuriões, veteranos, rétores e sofistas) e categorias subalternas. Um elemento de identidade entre os *honestiores* seria a propriedade fundiária, mas, no que diz respeito à exploração da terra, seria possível captar variações, pois enquanto um membro da ordem senatorial teria à sua disposição um contingente de mão de obra suplementar, um decurião poderia responder, com sua família, pelo cultivo da propriedade, o mesmo ocorrendo com os veteranos. Já os *humiliores* exibiam maior homogeneidade por comporem uma reserva de mão de obra dependente, mas não de modo absoluto, pois uma parte deles, em particular os colonos arrendatários e os artesãos, ainda deteriam o controle dos meios de

produção, ao passo que outros, como os camponeses mais pobres, seriam obrigados a ganhar a vida como jornalheiros e trabalhadores sazonais.

Na avaliação de Alföldy, não houve nenhuma categoria da sociedade romana que não tenha sido afetada pela "crise" do século III, nem mesmo a ordem senatorial. Os grupos sociais teriam, na ocasião, se alinhado em campos antagônicos, inclusive do ponto de vista religioso, pois enquanto os círculos politicamente mais importantes se apegavam, numa atitude conservadora, a um sistema de valores "ultrapassado", vale dizer, ao paganismo, o restante da população aderiu maciçamente aos novos cultos que se expandiam pelo Império, com destaque para o cristianismo. Apesar da visão um tanto ou quanto maniqueísta e esquemática de Alföldy, o autor parece ter consciência de se encontrar diante de processos históricos tão diversos e multifacetados que é impossível reduzir todos eles a um denominador comum que nos ofereça uma chave de compreensão da "crise". O autor salienta que os processos internos de mudança social foram variegados e desenrolaram-se não apenas em interação recíproca, mas até mesmo paralelamente, o que torna muito difícil reconstruir a cadeia dos fatores intervenientes. À guisa de conclusão, Alföldy resume a "crise" do Império Romano a uma associação entre causas internas (enfraquecimento da ordem dos decuriões, declínio da escravatura, aumento da dependência das massas camponesas para com os latifundiários mediante o sistema de colonato) e causas externas, ou seja, as invasões bárbaras nas cidades e nos campos.

Dentre os historiadores que pretenderam explicar a "crise" do século III e a transição do Principado ao *Dominato*, merece destaque José Fernández Ubiña que, na obra intitulada *La crisis del siglo III y el fin del mundo antiguo*, publicada em 1982, realiza um balanço acerca das interpretações mais influentes sobre a "crise" do século III e a "decadência" de Roma. Na obra, Ubiña parte do pressuposto de que houve, de fato, uma "crise" do século III que se prolonga até a época tardia, mas inova ao sustentar que esta crise não se manifestou da mesma maneira e ao mesmo tempo em todas as regiões do

Império. Segundo o autor, a "crise" assumiu formas peculiares nas diversas províncias, conclusão apoiada no estudo da Hispânia, mais especificamente da Bética, o que lhe permite revelar algumas particularidades que confrontam o modelo único de interpretação. Considerando as variáveis habitualmente evocadas para caracterizar a "crise" (substituição do sistema de exploração escravista pelo colonato, contradição entre campo e cidade, golpes militares sucessivos e outras), Ubinã conclui que a "crise" do século III afetou muito pouco a Hispânia, que inclusive experimentou, entre os séculos III e IV, um aquecimento econômico comercial e agrícola.

Numa linha de investigação próxima da Nova História Política, Ana Teresa Marques Gonçalves, em um ensaio intitulado *Os Severos e a Anarquia Militar*, analisa a "crise" do século III a partir da imagem historiográfica depreciativa que se cristalizou em torno dos Severos, apontados como os precursores da falência do Império. Segundo a autora, tal interpretação é originária, na maioria das vezes, de uma reprodução acrítica da opinião de membros da aristocracia senatorial contrários a imperadores que julgavam despóticos e autoritários, a exemplo de Caracala e Heliogábalo. Um lugar comum na historiografia da "crise" são as críticas dirigidas aos Severos, tidos como os artífices de uma monarquia militar, ou seja, uma monarquia fundada no apoio do exército, esteio de todo o sistema político. Essa dependência visceral dos imperadores diante das tropas que se consolida na passagem do II para o III século teria sido o pivô da "crise", que se estenderia pelos séculos seguintes. Em franco desacordo com essa interpretação, a autora argumenta que "Septímio Severo não tentou deliberadamente se basear no militarismo. Como todos os imperadores, ele baseou sua posição num suporte militar, mas também reconheceu a necessidade de acomodar os desejos das aristocracias, romanas e provinciais" (GONÇALVES, 2006: 183).

A respeito do lapso temporal decorrido entre a deposição do último representante da dinastia dos Severos, Severo Alexandre, em 235, e a ascensão de Diocleciano, em 284, Gonçalves esclarece que a historiografia costuma denominar este período como *Anarquia*

*Militar*, uma definição sem dúvida restritiva, na medida em que, por meio dela, são enfatizados apenas os aspectos políticos, atribuindo-se uma importância excessiva ao fato de a maioria dos imperadores que ascenderam ao poder nesses cinquenta anos terem sido sumariamente aclamados e depostos pelas legiões aquarteladas nas províncias, que rivalizavam entre si e com os bárbaros e persas. A autora não nega que durante a Anarquia Militar as autoridades romanas se defrontaram com diversos problemas: crise política, crise militar, crise econômica, crise moral e religiosa. No entanto, faz-se necessário dimensionar com cuidado os contornos da "crise", pois as inscrições demonstram "que o sistema político do Alto Império permaneceu estável até ao menos os anos de 260 e que a organização das cidades [...] não passou por modificações fundamentais" (GONÇALVES, 2006: 188). Por essa razão, em lugar de uma crise política longa, os especialistas passaram a se concentrar numa crise política mais curta, situada entre as décadas de 260 e 270, com efeitos muito mais limitados do que habitualmente se supunha. Assim, é preciso reconhecer que as dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais não atingiram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Ademais, o século III apresenta uma documentação escassa quando comparado a outras fases da História de Roma, o que restringe a possibilidade de uma investigação mais detalhada do período. Seja como for, ao abandonarem um modelo pré-estabelecido e investirem nos estudos de caso regionais, os especialistas têm insistido na relativização da ideia de "crise", mesmo que, em virtude da ausência de um aparato conceitual mais apropriado, sejamos forçados a utilizar os conceitos de "Anarquia Militar" e "Crise do Terceiro Século", mas com as devidas precauções.

## **A ANTIGUIDADE TARDIA, UM NOVO CONCEITO?**

Na atualidade, o que parece se impor é a tendência a se considerar o século III uma época de notável inflexão nos rumos do Império, um período de transição que apresentou ritmos próprios conforme a realidade local, como sustentam Jean-Michel Carrié e Aline

Rousselle em *L'Empire romain en mutation: des Sévères à Constantin - 192-337*, obra de 1999 que representa uma significativa contribuição ao debate em torno do lugar ocupado pelo século III na construção de uma nova sociedade mediante o redimensionamento do alcance da "crise", acontecimento que não é evidente por si mesmo, mas que deve ser explicado pelos historiadores. Os autores problematizam a cronologia habitualmente adotada para identificar o início da "crise", o "ponto zero" poderíamos acrescentar, e para mensurar a sua duração, fazendo referência à obra de Remondon já mencionada. Remondon acredita que a crise teria irrompido sob o governo de Marco Aurélio (161-180) e que teria se prolongado até o governo de Anastácio (491-518), já em plena fase bizantina, induzindo-nos a supor que a crise ocupou todo esse período, ignorando-se assim a obra restauradora dos soberanos do século IV, notadamente Diocleciano e Constantino, que empreenderam um conjunto de reformas no sentido de fortalecer o Estado e de garantir a manutenção do Império, superando-se a instabilidade verificada no período anterior. Carrié e Rousselle traçam um histórico das várias interpretações acerca da "crise" do século III, enfatizando que a representação catastrófica por longo tempo associada ao "fim" da Civilização Clássica é um legado dos escritores antigos, a exemplo de Díon Cássio, Cipriano, Lactâncio e Zózimo, os dois primeiros contemporâneos à "crise". Para Carrié e Rousselle, tais testemunhos não podem ser tomados ao pé da letra devido à intensa carga moral que portam, o que nos obriga a consultar outras modalidades de fontes – inscrições, moedas, monumentos, mosaicos – caso desejemos obter uma compreensão mais abrangente do processo.

Com o fito de superar, em definitivo, a opinião catastrófica da "crise" do século III e do "fim" do Mundo Antigo, opinião esta arraigada no senso comum e na literatura didática, Carrié e Rousselle optam pelo conceito de Antiguidade Tardia, um conceito que, é bom lembrar, não é de modo algum recente, possuindo já uma trajetória de mais de um século. Antiguidade Tardia é a tradução, para a língua portuguesa, do alemão *Spatäntike*, cuja formulação primeira deve-se a Alois Riegl, um historiador da arte que, em 1901, o

emprega numa obra intitulada *The Spätromische Kunstindustrie (A indústria artística do Império Romano Tardio)*. Mais tarde, o conceito é aplicado por Johannes Straub, filólogo devotado ao estudo da *Historia Augusta*, uma fonte anônima do século IV. À época, o conceito mostrava-se particularmente útil a Straub, que pretendia demonstrar a filiação entre a tradição clássica e helenística e as fontes literárias produzidas a partir do século III, quando, imaginava-se, essa tradição já teria se esvaído. Straub, ao contrário, sugere uma continuidade entre os períodos clássico e pós-clássico, contrapondo-se assim à concepção segundo a qual o Império Romano tardio teria se notabilizado por um decréscimo nos padrões culturais (FRIGHETTO, 2012: 20). Com isso, estava aberto o caminho para a superação do preconceito que rondava os últimos séculos de Roma, uma vez que a "decadência" do Império, até então um lugar comum na historiografia, não era, em absoluto, confirmada pela análise filológica, o que lançava novas luzes sobre o período, estimulando programas de pesquisa comprometidos menos com a identificação das "causas" ou fatores da "decadência" do que com a apreensão da dinâmica da sociedade imperial entre os séculos III e V. Para tanto, foi sem dúvida determinante a contribuição de Henri-Irénée Marrou, um dos mais renomados especialistas em História do Cristianismo, que em 1977, numa obra póstuma intitulada *Décadence romaine ou Antiquité Tardive?*, contesta a opinião corrente de que os últimos séculos do Império teriam sido desprovidos de qualquer traço de inovação ou originalidade em razão de uma suposta perda de qualidade cultural. Na avaliação de Marrou, a Antiguidade Tardia, configurando um contexto histórico autônomo, deveria ser compreendida com referência a ela mesma mediante a decodificação dos seus próprios cânones, e não em comparação com a sociedade que a precedeu, pois somente assim os historiadores teriam condições de valorizar as inovações, muitas delas associadas à expansão do cristianismo e às migrações germânicas, invertendo-se por completo o paradigma de interpretação que,

desde pelo menos Gibbon, condenava a fase final do Império Romano justamente em virtude das suas colorações cristãs e "bárbaras".<sup>75</sup>

Mantendo-se fiéis ao teor do conceito de Antiguidade Tardia, Carrié e Rousselle defendem que os séculos III, IV e V não configuram o fim de um mundo nem o começo de outro, mas ambas as possibilidades ao mesmo tempo. Em particular, os anos transcorridos entre a ascensão de Septímio Severo (193) e a morte do primeiro imperador cristão, Constantino, em 337, são marcados por profundas mudanças de natureza religiosa, institucional, econômica e mesmo psicológica, pois a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e do mundo que o rodeia também experimenta alterações significativas. Carrié e Rousselle nos estimulam, assim, a refletir acerca desse período, não sob uma perspectiva de ruína, mas de mutação. E, em lugar de procurar as causas de tal "decadência", a observar as conexões complexas entre política, economia, sociedade e cultura, com ênfase nas correntes religiosas da época. Ademais, urge que os pesquisadores, além das fontes escritas, explorem outras modalidades de testemunho, como os epigráficos, iconográficos e numismáticos, que não apenas confirmam, mas em muitos casos infirmam, aquilo que dizem os textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse breve percurso que traçamos das concepções mais difundidas acerca do Império Romano tardio, vimos que os especialistas têm refinado seus instrumentos de análise, num movimento que acompanha, às vezes com certo atraso, as transformações no *modus operandi* do conhecimento histórico, cada dia mais complexo, devido, em boa parte, à absorção de métodos e conceitos oriundos de outras áreas, como a Antropologia,

---

<sup>75</sup> Para a difusão do conceito de Antiguidade Tardia, tanto em nível internacional quanto no Brasil, outro notável colaborador foi Peter Brown, que em inúmeros livros, artigos e ensaios cuidou de historicizar as linhas de força da assim denominada *Late Antiquity*, como vemos em dois trabalhos seminais: *The world of Late Antiquity* e *The making of Late Antiquity*, publicados em 1971 e 1978 respectivamente.

a Sociologia, a Ciência Política, a Geografia e, no que diz respeito à História Antiga, a Arqueologia, a Epigrafia e a Numismática. Com isso, os lugares de memória e os juízos de valor em torno da passagem da Antiguidade à Idade Média, alguns deles contando com séculos de existência, são postos à prova, propiciando a emergência de novos conceitos ancorados em novos pressupostos de interpretação dos processos históricos. Assim é que termos como "decadência", "queda", "ruína" e "crise", outrora onipresentes na historiografia, vêm sendo há algum tempo substituídos pelo conceito de Antiguidade Tardia, que, a despeito de não ser propriamente uma novidade, ainda parece traduzir melhor, em certo sentido, a situação de Roma entre os séculos III e V. O conceito, todavia, não apenas acrescenta novos argumentos ao debate sobre a suposta "queda" do Império Romano do Ocidente, mas propõe também uma nova cronologia para as regiões a Leste e Oeste do Mediterrâneo que se estenderia do século III até os séculos VII ou VIII, conforme a perspectiva de observação assumida pelo historiador, dentro de um intervalo temporal que não seria nem propriamente antigo nem propriamente medieval e que englobaria, além dos reinos bárbaros da Europa, as sociedades islâmica e bizantina. Antiguidade Tardia exprimiria assim, tanto em termos cronológicos quanto em termos geográficos, a nova configuração assumida pelas sociedades que repartiram o território do antigo Império Romano e que, por essa razão, exibiriam similaridades suficientes para que pudessem ser tratadas em conjunto. Ao fim e ao cabo, no entanto, a pedra angular do conceito é a suposição de que a herança clássica e helenística tão bem conservada por gregos e romanos, habitantes de um Império bilíngue e multicultural, não se dissolveu com a deposição de Rômulo Augústulo, mas se perpetuou no tempo, num amálgama de tradições culturais presentes tanto nas sociedades germânicas ocidentais quanto no Império Bizantino, uma vez que Bizâncio, do mesmo modo que os reinos bárbaros do Ocidente, seria um prolongamento do antigo Império Romano, um Império que não desaparece da noite para o dia, mas que se transmuta, se transforma e segue adiante, iluminando por séculos a fio as realidades futuras.

Não obstante a importância do conceito de Antiguidade Tardia para o realce e valorização das transformações operadas em Roma na época tardia, despojando-as da sua aura de fatalidade e dissipando a atmosfera trágica e sombria que rondava as monarquias germânicas, erigidas sobre os "escombros" fumegantes de um velho império, é necessário assinalar que o conceito não leva em conta todos os aspectos envolvidos na passagem da Antiguidade à Idade Média, pois, mesmo diante da reelaboração cultural que se produz, e para a qual os influxos germânicos e cristãos foram determinantes, subsiste o fato de que o Império Romano do Ocidente, em termos políticos e econômicos, passou por um processo de dissolução irreversível, o que assinala uma perda evidente de complexidade social ou, dito em outros termos, de colapso, expresso pela incapacidade de o sistema imperial romano, num contexto de expansão da máquina pública, agregar fontes suplementares de recursos, situação agravada pelos estreitos parâmetros tecnológicos das sociedades antigas, como salienta Mendes (2002: 216-217). Uma realidade como essa não é descrita pelo conceito de Antiguidade Tardia, que, ao enfatizar a originalidade das mudanças ocorridas a partir do século III e a sua conexão com o passado clássico, não explica as razões pelas quais um mundo tão pulsante e criativo experimentou uma fragmentação tão intensa no decorrer do século V. Em face disso é que alguns autores contemporâneos têm se dedicado a revisitar o tema da "queda" do Império Romano sob outra perspectiva, na qual os testemunhos arqueológicos são tratados como protagonistas e não como coadjuvantes da explicação histórica. Essa é a tarefa que se impõe Ward-Perkins numa obra de 2005 cujo título representa, sem dúvida, uma provocação aos partidários mais empedernidos do conceito de Antiguidade Tardia: *The fall of Rome and the end of civilization*. Nela, o autor, baseando-se num decréscimo, no registro material, do volume e da qualidade de artefatos e construções do século III em diante, conclui por uma redução, no Ocidente, do padrão de conforto próprio da sociedade romana, o que reacende o debate em torno da "crise" do Império, pois, na avaliação de Ward-Perkins (2005), suprimir do léxico dos historiadores termos como crise e declínio seria uma

estratégia subliminar de esvaziamento do conflito e das contradições sociais, ocultando o fato de que "a chegada dos povos germânicos foi muito desagradável para a população romana, e que os efeitos a longo prazo da dissolução do Império foram dramáticos". Diante de tal argumentação e considerando o incômodo substrato funcionalista do conceito de Antiguidade Tardia, que, ao investir num modelo explicativo da passagem da Antiguidade à Idade Média fundado na continuidade cultural e na cooperação entre romanos e bárbaros, nos parece hoje por demais comprometido com uma visão normativa das relações sociais, talvez fosse mais que oportuna a proposição de novos conceitos capazes de equacionar a conjugação de mudanças e permanências que anunciam o alvorecer da Idade Média.

## **DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL**

CIPRIANO DE CARTAGO. *Cartas e tratados*. Introdução, versão e notas de Julio Campos. Madrid: BAC, 1964.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDRÉ, J. M. La conception de l'État et de l'empire dans la pensée greco-romaine des deux premiers siècles de notre ère. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, II.1, p. 3-73, 1982.

BROWN, P. *The world of Late Antiquity*. New York: W. W. Norton & Company, 1971.

\_\_\_\_\_. *The making of Late Antiquity*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

CARRIÉ, J. M.; ROUSSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation: des Sévères à Constantin, 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

FRIGUETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações*. Curitiba: Juruá, 2012.

- GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 175-191.
- KOVALIOV, S. I. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959. t. 3.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: D&A, 2002.
- PALANQUE, R. *Le Bas-Empire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- REMONDON, R. *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor, 1967.
- ROSTOVITZ, M. *Social and Economic History of the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 1926.
- SILVA, G. V. A configuração do Estado romano no Baixo Império. *História*, São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- \_\_\_\_\_; MENDES, N. M. As representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o 'Dominato'. *Dimensões, Revista de História da UFES*, Vitória, v. 16, p. 241-270, 2004.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 193-221.
- UBIÑA, J. F. *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal, 1982.
- WARD-PERKINS, B. *The fall of Rome and the end of civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- VOGT, J. *La decadencia de Roma: metamorfosis de la cultura antigua (200-500)*. Madrid: Guadarrama, 1928.